

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como:

EMISSIONA: **EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.**, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.170, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 60.208.493/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

AGENTE FIDUCIÁRIO: **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 15.227.994/0001-50, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta 2ª emissão,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura de emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da **EMISSIONA** realizada em 23 de agosto de 1.995 e na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de setembro de 1.995, cujas atas foram ou serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais Gazeta Mercantil e Valeparaibano.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

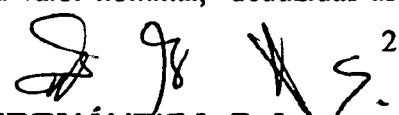
A presente escritura de emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de São José dos Campos - SP.

IV - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO:

- 1.1. **MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em moeda de 1º de outubro de 1995.
- 1.2. **QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** A emissão será constituída de 20.000 (vinte mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 1.3. **FORMA E CONVERSIBILIDADE:** as debêntures serão escriturais, não conversíveis em ações.
- 1.4. **ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada.
- 1.5. **SÉRIES:** A emissão será feita em número indeterminado de séries, cabendo ao Conselho de Administração deliberar a constituição de séries.
- 1.6. **DATA DE EMISSÃO:** 1º de outubro de 1.995.
- 1.7. **VENCIMENTO:** Será estabelecido para cada série pelo Conselho de Administração.
- 1.8. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures da 2ª emissão terão seu valor nominal atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços para o Mercado, IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de 1º de outubro de 1995. No caso de extinção do IGP-M ou na impossibilidade de sua aplicação, serão realizadas Assembléias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, com a finalidade de promover revisões nas condições da escritura de emissão objetivando manter-se inalterado o equilíbrio econômico-financeiro da emissão.
- 1.9. **RENDIMENTOS:** Serão estabelecidos pelo Conselho de Administração para cada série.
- 1.10. **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
- 1.11. **JUROS DE MORA:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária e dos rendimentos, tal como estabelecidos na presente escritura de emissão das debêntures, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 1.12. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** O não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de atualização monetária e rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 1.13. **AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, deduzidas as



amortizações ocorridas, atualizado monetariamente, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os rendimentos devidos pela **EMISSORA**, serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas, as quais poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

1.14. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO: As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da **EMISSORA**, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal e rendimentos a que fizerem jus.

1.15. AMORTIZAÇÕES: As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da **EMISSORA**, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis publicados na forma do item 1.18 adiante, poderão ter o seu principal uniformemente amortizado, com o simultâneo pagamento dos rendimentos correspondentes à parcela amortizada.

1.16. NEGOCIAÇÃO: A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

1.17. LOCAL DE PAGAMENTOS: Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da Sociedade, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.

1.18. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valeparaibano, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

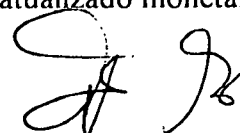
1.19. DELEGAÇÃO: Foram delegados ao Conselho de Administração da **EMISSORA**, pela Assembléia Geral Extraordinária mencionada na Cláusula I desta escritura, poderes para a deliberação sobre as matérias: a) valor de cada série; b) a época e condições de vencimento ou amortização; c) a época e condições de pagamento de juros; e d) o modo de subscrição ou colocação.

2. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA 1ª SÉRIE

2.1. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E VALOR TOTAL DA 1ª SÉRIE: A 1ª Série será constituída por 8.000 (oito mil) debêntures, no montante de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na data de emissão, 1º de outubro de 1.995.

2.2. VENCIMENTO: As debêntures da 1ª Série vencerão em 1º de outubro de 1.999, com o pagamento da quarta parcela das amortizações programadas.

2.3. JUROS REMUNERATÓRIOS: Às debêntures da 1ª Série serão conferidos juros remuneratórios, a partir da data de emissão, capitalizados à base de 12 % (doze por cento) ao ano, considerado o ano de 365 dias, pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de abril e outubro, a partir de 1º de abril de 1.996. Os juros remuneratórios serão calculados exponencialmente por dias decorridos, incidindo sobre o valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações ocorridas, atualizado monetariamente.



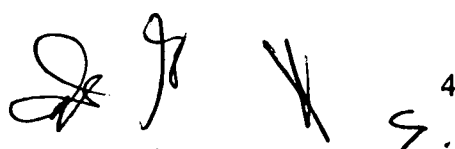
2.4. PRÊMIO: As debêntures farão jus a prêmio, a ser pago nas mesmas datas de vencimento dos juros remuneratórios, correspondente à diferença positiva entre a aplicação da Taxa ANBID para os títulos mais negociados no mercado, cumulativamente, observados os prazos respectivos, acrescido da taxa de "spread" de 2% ao ano, adotando-se critério pro-rata temporis por dias úteis, se necessário, e o valor nominal da debênture atualizado monetariamente acrescido dos juros remuneratórios na forma anteriormente definida, nos termos da fórmula abaixo:

$$P = VN \times \left(1 + \frac{ANBID1}{100}\right)^{\frac{n1}{360}} \times \left(1 + \frac{ANBID2}{100}\right)^{\frac{n2}{360}} \times \dots \times \left[\left(1 + \frac{ANBIDN}{100}\right)^{\frac{nN}{360}} \right]^{\frac{dup}{dt}} \times 1,02^{\frac{d}{365}} - \left[VNA \times (1 + 0,12)^{\frac{d}{365}} \right]$$

onde:

- P = Valor do prêmio em reais;
- VN = Valor Nominal das debêntures, deduzidas as amortizações ocorridas, atualizado monetariamente, no primeiro dia do semestre de apuração do prêmio;
- ANBID 1 = Taxa divulgada pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, referente ao primeiro sub-período, que começa na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela respectiva taxa ANBID, representada na forma decimal.
- ANBID 2 = Taxa divulgada pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, referente ao segundo sub-período que começa na data de vencimento do sub-período imediatamente anterior e termina no prazo definido pela respectiva taxa ANBID, representada na forma decimal.
- ANBIDN = Taxa divulgada pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixados, referente ao enésimo sub-período que começa na data de vencimento do sub-período imediatamente anterior e termina no prazo definido pela respectiva taxa ANBID, representada na forma decimal.
- n1 = prazo em dias referente a respectiva taxa ANBID 1.
- n2 = prazo em dias referente a respectiva taxa ANBID 2.
- nn = prazo em dias referente a respectiva taxa ANBID N.
- dup = quantidade de dias úteis existente entre a data de vencimento da taxa ANBID anterior e a data de vencimento do prêmio.
- dt = quantidade de dias úteis existente no período que se inicia na data de vencimento da taxa ANBID anterior e termina no prazo definido pela respectiva taxa ANBID.
- d = nº de dias entre a data de emissão ou do último pagamento de prêmio e a data de vencimento do prêmio.
- VNA = Valor nominal da debênture, deduzidas as amortizações ocorridas, atualizado monetariamente, desde a data de emissão até a data de vencimento do prêmio.

2.5. AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS: As debêntures da 1ª Série serão integralmente amortizadas em 4 (quatro) parcelas, cada uma correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor nominal atualizado monetariamente, vencendo-se: a primeira, em 1º de abril de 1.998, ao final do 30º mês, a 2ª em 1º de outubro de 1.998, ao final do 36º mês, a terceira em 01 de abril de 1.999, ao final do 42º mês e a quarta em 1º de outubro de 1.999, ao final do 48º mês.



2.6. SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: As debêntures da 1ª Série poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do prazo de distribuição pública e serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, pelo valor nominal atualizado monetariamente, acrescido dos juros decorridos, calculados "por-rata die", e do prêmio, apurados desde a data de emissão ou do último pagamento de rendimentos até a data da liquidação financeira.

2.7. DO PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA: Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

V - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros calculados na forma da presente escritura, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**;
- c) Decretação de falência da **EMISSORA**;
- d) Falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.
- 2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- 3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.
- 4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.

5. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures, objeto desta escritura.

VII- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta escritura, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) 01(uma) parcela de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) vencível no 1º dia útil do mês seguinte ao da concessão do registro da emissão pela CVM, e
- b) 03 (três) parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) vencíveis no mesmo dia e mês da parcela referida no inciso "a" anterior, dos anos subsequentes, a partir de 1996, calculadas de forma proporcional ao tempo de vigência das debêntures.
- c) As parcelas do item "b" acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de emissão, até a data de seu efetivo pagamento, calculadas "pro-rata" dia, se necessário.
- d) A emissão de cada nova série de debêntures, a partir da 2ª Série, inclusive, acarretará um acréscimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nas parcelas devidas ao Agente Fiduciário, mantidas as condições previstas neste item 2, adotado critério "por-rata temporis" para a primeira parcela, com vistas a fazer coincidir as datas de pagamento das demais parcelas.



- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**.
- f) Todas as despesas com procedimentos legais, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida no item 1.11 da Cláusula IV anterior para as obrigações tratadas nesta escritura.
- h) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. Substituição

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** será substituído:

- a) nos casos de vacância, mediante nomeação pela **EMISSORA** e aditamento à presente escritura; e
- b) nos demais casos, na forma da Lei.

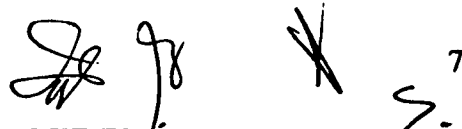
Parágrafo Primeiro - Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Parágrafo Segundo - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Terceiro - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

Parágrafo Quarto - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente escritura.

Parágrafo Quinto - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo



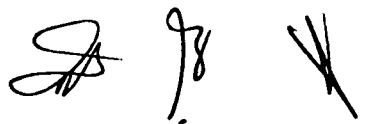
à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Parágrafo Sexto - Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 1.18 da cláusula IV;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

 8

- l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- l.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
- l.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
- l.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
- l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, e,
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais;
 - m.1) na sede da **EMISSORA**;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 1.18 da cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - r.1) à CVM;
 - r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da

 9

comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Requerer a falência da **EMISSORA**;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

Parágrafo Primeiro - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura.

Parágrafo Segundo - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do caput deste item se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;

Parágrafo Primeiro - A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM.

Parágrafo Segundo - Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.

Parágrafo Terceiro - A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



- Parágrafo Quarto -** Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá a assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
- Parágrafo Quinto -** A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.
- Parágrafo Sexto -** Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- Parágrafo Sétimo -** Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
- Parágrafo Oitavo -** Para efeito da constituição do quorum a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.

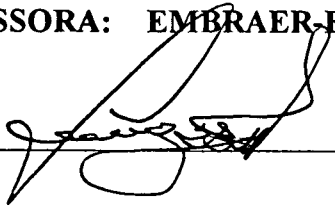
IX - DO FORO

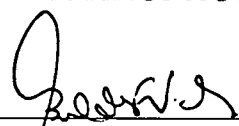
O Foro da presente escritura será o da Cidade de São José dos Campos - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São José dos Campos - SP, 26 de setembro de 1995.

EMISSORA: EMBRAER-EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A



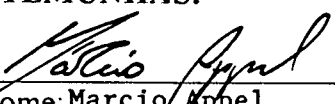


AGENTE FIDUCIÁRIO:




**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

TESTEMUNHAS:

1) 

Nome: Marcio Appel
CPF: 081.286.588-08
RG: 09.081.989-7 IFP-RJ

2) 

Nome: Marco Aurélio Campos Torres
CPF: 778.873.367-91
RG: 05.461.939-0 IFP-RJ